

**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 651/2025-ADVOSF

Processo nº 00200.004183/2025-42

Pregão eletrônico. Menor preço por item. Aquisição de peças para manutenção de máquinas gráficas do Serviço de Acabamento da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal. Possibilidade. Recomendações.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo de contratação, precedido de pregão eletrônico, menor preço global, para a aquisição de peças para manutenção de máquinas gráficas do Serviço de Acabamento da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal.

No doc. nº 00100.036956/2025-88, Documento de Formalização da Demanda (DFD). No doc. nº 00100.036957/2025-22, Estudo Técnico Preliminar nº 84/2024. No doc. nº 00100.036958/2025-77, Solicitação de Contratação nº 1867 e versão preliminar do Mapa de Riscos. No doc. nº 00100.036959/2025-11, Documento de Contratação nº 20250244.

Nos termos do Ofício nº 048/2025-SADCON (doc. nº 00100.036960/2025-46), foi informado a aprovação da Solicitação de Contratação nº 1867 pelo Comitê de Contratações, com base no inciso I do art. 8º do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf).



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

No doc. nº 00100.118164/2025-21, Termo de Referência (TR). No doc. nº 00100.118164/2025-21-1, Relatório Geral – OSM e Substituição por Máquina. No doc. nº 00100.118164/2025-21-2, proposta comercial da empresa Manroland do Brasil Serviços Ltda. No doc. nº 00100.118164/2025-21-3, pesquisa de preços. No doc. nº 00100.118164/2025-21-4, pesquisa de preços *online*. No doc. nº 00100.118164/2025-21-5, documento de pesquisa de preços: empresas consultadas, mapa de cotações e planilha de estimativa de despesas.

Por meio do Ofício nº 0339/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.122400/2025-11) os autos foram restituídos para providências. No doc. nº 00100.131767/2025-18, as providências adotadas foram indicadas. No doc. nº 00100.131789/2025-88, segunda versão do TR. No doc. nº 00100.131789/2025-88-1, segunda versão do documento de pesquisa de preços, com empresas consultadas, mapa de cotações e planilha de estimativa de despesas.

Por meio do Ofício nº 0388/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.134782/2025-18) novas recomendações foram formuladas. No doc. nº 00100.138547/2025-15, terceira versão do TR. No doc. nº 00100.138547/2025-15-1 e nº 00100.138547/2025-15-2, pesquisa de preços *online*. No doc. nº 00100.138547/2025-15-3, proposta comercial da empresa Mstech Solutions Comércio de Equipamentos e Serviços Ltda. No doc. nº 00100.138547/2025-15-4, pesquisa de preços *online*.

No doc. nº 00100.138547/2025-15-5, terceira versão da pesquisa de preços, contendo as empresas consultadas, mapa de cotações e planilha de estimativa de despesas. Por meio do doc. nº 00100.138537/2025-80, as providências adotadas foram indicadas.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Por meio do Ofício nº 0405/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.139918/2025-86), a pesquisa de preços foi **ratificada** com validade de 180 (cento e oitenta) dias, até 01 de fevereiro de 2026.

No doc. nº 00100.139918/2025-86-1, Relatório de Credenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. No doc. nº 00100.145096/2025-72, primeira versão da minuta de edital de pregão e contrato.

Por meio do Ofício nº 575/2025 – COATC/SADCON (doc. nº 00100.145133/2025-42), os autos foram encaminhados para análise preliminar da Coordenação de Processamento Externo de Licitações – COPEL. No doc. nº 00100.150078/2025-11, Análise Originária de Processo e Minuta de Edital.

Por meio do Ofício nº 595/2025-COATC/SADCON (doc. nº 00100.150438/2025-76) foi encaminhado o processo para verificação da minuta de edital, manifestação quanto às sugestões feitas pela COPEL e adequação do TR. Por meio do doc. nº 00100.152659/2025-89, as notas, manifestações e sugestões foram respondidas pelo órgão técnico.

No doc. nº 00100.152661/2025-58, quarta versão do TR. No doc. nº 00100.153850/2025-48, segunda versão da minuta de edital de pregão e contrato.

Por meio do Ofício nº 609/2025 – COATC/SADCON (doc. nº 00100.153862/2025-72), os autos foram encaminhados a esta Advocacia para exame e manifestação.

É o relatório.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

II – ANÁLISE JURÍDICA

Este parecer é elaborado em observância ao disposto no art. 53, *caput* e §4º, da Lei nº 14.133/2021, que determina que, ao término da fase preparatória, o processo licitatório seja encaminhado ao órgão de assessoramento jurídico da Administração para a realização do controle prévio de legalidade, mediante análise jurídica da contratação.

Os autos são regidos pelos ditames da Lei nº 14.133/2021 e, em âmbito interno, pelas disposições do ADG nº 14/2022, responsáveis por regulamentar, fundamentalmente, o procedimento preparatório da licitação.

II.I – Da fase preparatória da licitação

a. Da oficialização da demanda

No doc. nº 00100.036956/2025-88, DFD, no valor total estimado de dois milhões de reais.

As peças solicitadas deverão ser novas e de primeiro uso. Os componentes servirão para reparo imediato e estoque regulador. Os equipamentos, embora robustos e confiáveis, já estão com sua vida útil em idade avançada e alguns deles já foram utilizados por mais de 30 anos continuamente.

Sob a ótica jurídica, o ponto não carece de comentários adicionais.

b. Do Estudo Técnico Preliminar



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

No doc. nº 00100.036957/2025-22, Estudo Técnico Preliminar nº 84/2024. Formalmente, o documento atende todos os requisitos estampados no art. 5º do Anexo II do ADG nº 014/2022.

d. Da pesquisa de preços

A etapa da pesquisa de preços e consequente estimativa do valor da contratação deve observar o art. 14 e Anexo VI do ADG nº 014/2022.

Inicialmente, a pesquisa de preços foi realizada em duas oportunidades: no doc. nº 00100.118164/2025-21-5 e nº 00100.131789/2025-88-1. Após as recomendações da SADCON (doc. nº 00100.122400/2025-11 e nº 00100.134782/2025-18), foi formulada a terceira versão da pesquisa de preços, contendo as empresas consultadas, mapa de cotações e planilha de estimativa de despesas (doc. nº 00100.138547/2025-15-5) e, por meio do Ofício nº 0405/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.139918/2025-86), foi ratificada com validade de 180 (cento e oitenta) dias, até 01 de fevereiro de 2026.

Certo que esta Advocacia não ostenta expertise ou atribuição para exame do expediente, é suficiente reconhecer a ratificação da pesquisa de preços pelo setor competente.

e. Do Mapa de Riscos

No doc. nº 00100.036958/2025-77, versão preliminar do Mapa de Riscos. Sob a ótica formal, o documento atende aos requisitos do art. 9º, §2º, inc. VII, do ADG nº 014/2022.

Na medida em que o art. 15 do ADG nº 014/2022 determina que, ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, o



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Mapa de Riscos deverá ser atualizado, *quando couber*, a ausência do expediente não obsta o prosseguimento do feito, porque sugere a desnecessidade da atualização.

No entanto, por cooperação, ressalta-se a importância de que, mais que mera burocracia, a análise e gestão de riscos sejam efetivamente desempenhadas pelos setores competentes nos processos de contratação, de modo a atender aos comandos de eficiência e planejamento.

f. Do Plano de Contratações

No item 15 do TR (doc. nº 00100.152661/2025-58) foi indicado o Plano de Contratações nº 20250244.

g. Da disponibilidade orçamentária

Salvo melhor juízo, não há documento nos autos que ateste a disponibilidade orçamentária para assunção da despesa, expediente que deve ser providenciado.

II.II – Do TR e da modelagem da licitação

Nos autos, a última versão do TR consta do doc. nº 00100.152661/2025-58.

Nos termos dos itens 1.1.1 e 2.2. do TR (doc. nº 00100.152661/2025-58), a “*aquisição de peças para manutenção de máquinas gráficas do serviço de acabamento*” é de natureza comum.

Isso porque “*os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais*”





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI¹; e o art. 29 da Lei nº 14.133/2021². Dada a aderência da justificativa aos termos da lei, é necessário reconhecer a adequação da modalidade selecionada.

Conforme enuncia o item 2.3.2 do TR, a presente contratação não adotará o Sistema de Registro de Preços – SRP *pela ausência de necessidade nas contratações frequentes para o mesmo objeto*, justificativa que é aderente, *a contrario sensu*, aos termos do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023³.

Adiante, segundo os itens 2.4.1 e 2.5 do TR, o critério de julgamento será o de menor preço, e o objeto adjudicado por item, *“uma vez que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto ou complexo*

¹ Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; [...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; [...]

²Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do **caput** do art. 6º desta Lei.

³Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

ou perda de economia de escala". A opção atende ao enunciado nº 247 da Súmula do TCU⁴.

O item 2.6 veda justificadamente a participação em consórcios, dado que a *complexidade e o vulto do objeto não limitam a participação de fornecedores aptos a executar o objeto*. O item 2.8 enuncia não ser aplicável o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP):

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte porque: (i) a pesquisa de preço está orçada acima de 300 mil e excede o previsto na LC 123/2006, art. 48, inciso I; (ii) por não se tratar de serviço, e sim de aquisição, não existe a possibilidade de subcontratação conforme a LC 123/2006, art. 48, inciso II; (iii) alguns itens são indivisíveis pela quantidade que serão adquiridos, portanto não há possibilidade de reserva para ME/EPP conforme a LC 123/2006, art. 48, inciso III.

2.8.2. Vislumbramos óbice pois tal aplicabilidade impediria os próprios fabricantes de licitarem, tendo em vista que esses itens serão utilizados em equipamentos fabricados há mais de 30 anos, gerando, assim, dificuldades para encontrar peças de reposição. Portanto, não é salutar limitar esta participação, haja vista serem os principais fornecedores de peças para os equipamentos em questão. Pelo mesmo motivo, não indicamos estabelecimento de cota exclusiva de 25% para ME.

O ponto merece alguns esclarecimentos. Na forma do Anexo B do TR (doc. nº 00100.152661/2025-58), a licitação foi estimada em R\$

⁴ É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

2.177.017,44 (dois milhões cento e setenta e sete mil e dezessete reais e quarenta e quatro centavos), valor bem acima dos R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) informados no item i. É com base no valor total estimado para a licitação que a justificativa apresentada afasta a hipótese de licitação exclusiva, com fulcro no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006. Nada a comentar em relação ao item ii, o item iii enuncia que *alguns itens são indivisíveis pela quantidade que serão adquiridos*.

É certo que o tratamento diferenciado não se aplica em absoluto em qualquer hipótese, como decorre do art. 49, III, da Lei nº 123/2006, segundo o qual o benefício não será aplicado quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. No entanto, a justificativa para a não aplicação deve ser compatível com a hipótese dos autos.

O valor estimado para toda a licitação não pode, por si só, afastar a aplicação do benefício introduzido pelo art. 48, I, da LC nº 123/2006. Em se tratando de certame modelado para adjudicação por item (2.5 do TR), o valor de cada item deve ser examinado para se verificar a aplicabilidade da licitação exclusiva (48, I, da LC nº 123/2006). Dentro da margem de valor legal, a inaplicabilidade do benefício deve ser justificada com base no art. 49, III, da LC nº 123/2006, o que parece ser feito apenas no item 2.8.2.

Em seguida, ainda que se diga que *alguns itens são indivisíveis pela quantidade que serão adquiridos*, há diversos outros itens que, em tese, comportam divisão. Nesse passo, é também necessário reforçar que apenas o item 2.8.2 resolve a questão com fundamento no art. 49, III, da LC nº 123/06. Dessa forma recomenda-se à área técnica maior atenção à coerência das justificativas apresentadas.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Inaplicável o direito de preferência (item 2.9 do TR), conforme o item 3, não será exigida habilitação técnica, mas, sim, econômico-financeira, certo que a habilitação jurídica, trabalhista, fiscal, social e previdenciária é exigida na minuta do edital (item 11.3, doc. nº 00100.153850/2025-48). Ausente expertise deste órgão para avaliação da adequação e suficiência dos requisitos indicados, é suficiente reconhecer o tratamento da matéria pelo documento, nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

No item 4.1.1, é informado que, para os itens 2 a 7 e 71 a 75, o ajuste será formalizada por meio de nota de empenho, em razão do valor estimado da contratação, enquanto, para os itens 1 e 8 a 71, será por meio de contrato, tendo em vista que a contratação objetiva compras para entrega com prazo superior a 30 (trinta) dias corridos. Sendo o objeto adjudicado por itens, a opção pela substituição do termo de contrato pela nota de empenho para determinados itens, em razão do valor da contratação, é **aderente** ao que disciplina o art. 95, I, da Lei nº 14.133/2021⁵.

Nos termos do item 4.2, a contratação terá vigência de 6 (seis) meses consecutivos ou até a execução plena do objeto, o que ocorrer primeiro.

Em seguida, são indicados o modelo de gestão, o prazo para início da execução ou entrega do objeto, as obrigações da contratada, o regime de execução do objeto, as condições de recebimento do objeto, as

⁵ Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:
I - dispensa de licitação em razão de valor



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

penalidades aplicáveis, a inaplicabilidade de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a forma de pagamento, as condições de reajuste, a dispensa de garantia, a indicação do plano de contratação e do responsável pela elaboração do TR.

Em relação à garantia contratual, o evento é justificado com base no inciso II do § 2º do art. 18 do Anexo III do ADG nº 014/2022, segundo o qual não será exigida garantia nas contratações para entrega de objetos que não gerem obrigações futuras para a contratada ou em que a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato seja pouco significativa. A leitura dos autos permite compreender que, no entendimento dos setores competentes, a contratação é aderente ao fundamento da dispensa indicado.

Não sendo de expertise deste órgão a avaliação, apenas se recomenda que a desnecessidade de garantia diante do valor da contratação, da ausência de obrigações futuras para a contratada ou da pouca probabilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato seja examinada em relação a todos os itens do objeto e atestada pelos setores competentes.

O Anexo A contém o detalhamento das peças objeto da aquisição.

As peças abaixo elencadas possuem a descrição e o código do fabricante. No entanto, a coluna código da peça está exposta para que as empresas consigam localizar e identificar com mais facilidade qual peça/componente exato o Senado necessita.

2. Os itens a serem contratados não precisam, necessariamente, serem originais do fabricante.





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Não obstante, eles devem possuir a mesma durabilidade, eficácia, compatibilidade e eficiência na sua fabricação. Esses parâmetros serão avaliados pelas seguintes etapas: i) as peças recebidas serão comparadas com aquelas do manual do fabricante; ii) o Serviço de manutenção avaliará comparativamente a peça original com a peça recebida; iii) pela localização da inscrição do código na própria peça, naquelas em que for possível a identificação; iv) com uma avaliação da peça na máquina in loco para verificação de compatibilidade.

Como se observa, não há indicação de marca, mas de referência e de especificações técnicas, providência que foi justificada pelos setores técnicos. O quesito foi tratado de modo aderente ao que dispõe o art. 6º, §1º, II e III, do Anexo III do ADG nº 014/2022⁶.

No Anexo B, estimativa de preços.

III – DA MINUTA DE EDITAL

A análise da minuta encartada nos autos (doc. nº 00100.153850/2025-48) permite concluir ter sido o instrumento elaborado

⁶ Art. 6º O capítulo do “objeto da contratação” deverá conter, no mínimo, as seguintes seções: [...]

§ 1º A definição do objeto que se pretende contratar deve ser precisa e suficiente, observando, além das vedações previstas no art. 4º deste Anexo, as seguintes disposições: [...]

II - excepcionalmente, mediante justificativa expressa no Termo de Referência ou Projeto Básico, poderão ser adotadas marcas de referência, quando a descrição do objeto puder ser mais bem compreendida desta forma, desde que seguida de expressões tais como “ou equivalente”, “ou similar”, para indicar que outras marcas serão aceitas pela Administração;

III - é vedada a indicação de marca ou de especificações técnicas que, dada a configuração do mercado, poderão ser atendidas por apenas um produto, marca ou fornecedor, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, em consonância com as hipóteses previstas no inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

com base na minuta-padrão de pregão com contrato. No entanto, alguns esclarecimentos são necessários.

No item 3.4.1, é formulada consulta para esta Advocacia:

3.4.1. Prazo de entrega de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, para os itens 2 a 7 e 71 a 75, contados a partir do recebimento da nota de empenho, e, para os itens 1 e 8 a 70, o referido prazo será de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

Nota à ADVOSF: Informa-se que será solicitado ao Órgão Técnico, após a análise jurídica, o ajuste do marco para a contagem do prazo destacado, uma vez que no ajuste do TR, constou como sendo “a partir da assinatura do contrato”, e, para os itens de entrega imediata, o marco será o recebimento da nota de empenho).

Ao que parece a observação da nota já foi absorvida pela redação da cláusula.

No item 16.1.1 outra consulta é formulada:

16.1.1. Será permitido o pagamento proporcional à Contratada, referente a um ou mais itens efetivamente entregues, desde que o Senado Federal ateste o cumprimento da obrigação, especialmente no que se refere ao atendimento das especificações do edital e aos critérios de qualidade.

16.1.1.1. Para que o pagamento seja efetuado, a nota fiscal deverá ser emitida exclusivamente com os itens entregues. Em qualquer hipótese, o valor a ser pago estará limitado ao montante previsto na nota de empenho.

(Nota para a ADVOSF: A redação destacada, que não consta da minuta-padrão, consta do item 12.2 do TR, onde o Órgão Técnico informa que essa é uma redação sugerida, considerada a resposta da DIRECON no documento 00100.113197/2025, à nota técnica da SEGRAF, documento 00100.097816/2025. Pede-se avaliar sua pertinência para esta contratação ou sugerir redação alternativa, se for o caso).



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

A minuta padronizada não é suficiente para atender às peculiaridades de cada contratação. Por isso, naturalmente, é dado o ajuste no padrão, desde que justificadamente. O modelo de pagamento é compatível com a natureza do objeto e com a regra geral da Lei nº 14.133/2021 de pagamento posterior ao recebimento. Ressalte-se, contudo, a necessidade de **respeito aos prazos de entrega** de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, previstos no item 3.4.1 do Edital.

No mais, minuta de edital e de contrato podem ser aprovadas porque compatíveis com a Lei nº 14.133/2021, com o ADG nº 014/2022 e com a minuta-padrão validada pela Administração desta Casa.

IV – CONCLUSÃO

Ante ao exposto, fica aprovado o prosseguimento dos autos, **desde que as recomendações destacadas no bojo desta manifestação, sublinhadas e/ou em negrito, sejam observadas**. Além disso, frisa-se a necessidade de que as etapas procedimentais posteriores à manifestação desta Advocacia, como a designação do pregoeiro e publicidade do ato, sejam superadas.

É o Parecer.

Brasília, 1 de setembro de 2025.

*(assinado digitalmente)***ISABELLE MENEZES VIEIRA DA SILVA**

Advogada do Senado Federal





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Ref. PARECER Nº 651/2025-ADVOSF
Processo nº 00200.004183/2025-42

De acordo. Ao Advogado-Geral Adjunto de Contratações.

Brasília, 3 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)

RAFAEL RODRIGUES DA CUNHA PAIVA
Advogado do Senado Federal
Revisor do Núcleo de Processos de Contratações

Aprovo. Junte-se aos autos e encaminhe-se à SADCON.

Brasília, 5 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)

DANIEL VICTOR DE ARAÚJO SIMÕES
Advogado do Senado Federal
Advogado-Geral Adjunto de Contratações

